


As águas do Panduí e sua transformação após a instalação da usina hidroelétrica¹

Panduí waters and its transformation after the installation of the hydroelectric plant



KMITTA, Ilsyane do Rocio*

 <https://orcid.org/0000-0001-7959-6983>

RESUMO: O texto visa apresentar a leitura e análise dos desdobramentos e trâmites políticos e econômicos no processo de construção de uma usina Hidro-Elétrica nas águas do rio Panduí, em Amambai, MS, na década de 1950. A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória e bibliográfica, efetivada mediante leituras da historiografia regional e artigos científicos, relatos memorialistas, imprensa e fontes orais, com a realização de entrevistas. Estudos que levaram a concluir que a construção da hidroelétrica foi geradora de uma série de impactos ambientais acarretando as mais variadas mudanças demográficas e hidrográficas que afetaram - e ainda afetam, de forma crucial, o curso das águas do rio Panduí.

PALAVRAS-CHAVE: Impactos ambientais; rio Panduí, Hidro-Elétrica; Amambai - MS.

ABSTRACT: This text aims to present the reading and analysis of the political and economic developments and procedures in the process of construction of a hydroelectric plant in the waters of the Panduí River, in Amambai/MS, Brazil, in the 1950s. The adopted methodology was exploratory and bibliographical research, conducted through readings of regional historiography and scientific articles; memorialist reports, press and oral sources, with interviews. Studies which have led to the conclusion that the construction of the hydroelectric plant generated a series of environmental impacts that led to the most varied demographic and hydrographic changes which have affected and still crucially affect the course of the waters of the Panduí River.

KEYWORDS: Environmental impacts; Panduí River, Hydroelectric; Amambai - MS.

*Recebido em: 15/02/2021
Aprovado em: 08/10/2021*

1 O presente texto parte de estudos iniciais de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Milton Bruno Bittencourt, apresentado ao Curso de História da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, cuja pesquisa foi iniciada e desenvolvida em 2018-2019 (sob minha orientação). A continuidade e os desdobramentos da pesquisa foram elaborados (2020-2021), vinculados a produção de fontes para a historiografia regional do grupo de pesquisa “Fronteira Sudeste: política, economia, identidades e representações”.

* Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados-MS. E-mail: kmitta.sy@gmail.com



Este é um artigo de acesso livre distribuído sob licença dos termos da Creative Commons Attribution License.

Introdução

Como base introdutória, apresentaremos os aspectos históricos de Amambai-MS, chamada em seus primórdios de *Nhú Verá*, depois Patrimônio da União e, por fim, Amambai – Cidade Crepúsculo. Município brasileiro da região Centro-Oeste, situado no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. A população teve sua origem e formação intensificada a partir das atividades advindas da exploração de ervais nativos pela Companhia Mate Laranjeira. Em 1914, Amambai tornou-se distrito de Ponta Porã, com uma população estimada em cinco mil habitantes. Em 28 de setembro de 1948, através do decreto Lei n. 131, foi criado o município de Amambai, sendo emancipado em 1 de janeiro de 1949. Localiza-se a 130 km de Dourados, 90 km de Ponta Porã e a 40 km de Coronel Sapucaia (fronteira com o Paraguai), tendo Campo Grande como capital, a uma distância de 349 km, partindo pela rodovia BR 163.

No censo populacional realizado em 2010, a população era de 37.730 habitantes, resultando em uma densidade populacional estimada em 8,26 habitantes por km², estima-se em 2019 uma população de aproximadamente 40.000 habitantes. Em 2010, a população indígena, em sua grande maioria da etnia Kaiowá e Guarani, residia em três aldeias/reservas – Limão Verde, Amambai e Jaguari - e correspondia a, aproximadamente, 25% da população do município, totalizando 8.807 indivíduos. Para o ano de 2020, estimou-se uma população de aproximadamente 13.000 indígenas. (IBGE, 2011)

Conforme informações contidas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural do Município, elaborado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico na Gestão Administrativa Municipal de Dirceu Luiz Lanzarini no ano de 2001, e estudos desenvolvidos por pesquisadores no que diz respeito à historiografia regional, Amambai teve sua formação compreendida por vários movimentos migratórios, em especial do sul do país. A princípio, a partir da exploração da erva mate; posteriormente, pela busca de terras – em especial na região fronteira – vistas como sem dono, devolutas e fortemente povoadas por etnias indígenas.

Com a intensa chegada dos colonizadores, um povoado foi se formando em meio à vegetação nativa e nas margens de rios como o Amambai e Panduí. O município constituiu-se aos poucos, com uma resumida população formada na maioria por migrantes sulistas atraídos pela fartura de terras, pela topografia, pelo clima e possibilidade de se estabelecer. Os indígenas, em sua totalidade, foram invisibilizados frente à ocupação das terras, mas utilizados como mão de obra tanto na exploração dos ervais quanto na extração de madeira e destocamento para formação das propriedades,

visando a pecuária e a sojicultura. Ainda hoje, essa invisibilidade persiste e é pouco discutida nas esferas político-administrativas do município.

Nos estudos desenvolvidos por Lúcia Salsa Corrêa sobre a região, a autora ressalta que, na historiografia tradicional, “foi bastante comum o uso dos conceitos de desbravamento e vazios territoriais e populacionais, com o intuito de justificar o processo efetivo de ocupação do sertão que ocorreu nesse período.” (CORRÊA, 1999, p. 92) Ocupação legitimada pelo discurso de povoar e defender fronteiras. Na assertiva de Guillen, “O movimento que buscava legalizar a pequena propriedade da terra no sul de Mato Grosso é aqui, portanto, entendido como de índole social, de forte cunho político, e que está na raiz de movimentos posteriores.” (1999, p. 149).

Ainda, ao escrever sobre a ocupação e migração gaúcha, Isabel Guillen chama a atenção para o seguinte fato:

Contrastando com a imagem propagada de vazio populacional, as terras na região sul de Mato Grosso, ao finalizar o século XIX, não se encontravam livres ou desocupadas. Região rica em extensos ervais nativos, foi objeto de uma série de contratos de arrendamento entre o governo estadual e a Companhia Matte Laranjeira, colocando sob domínio particular as terras ao sul do planalto de Amambai, uma área de cerca de dois milhões de hectares, constituída não só de matas, mas também de extensos campos propícios à criação de gado, em um momento em que, a partir da década de 90 do século XIX, uma forte corrente migratória gaúcha para lá se dirigia. E o fazia em busca de terras livres. (GUILLEN, 1999, p. 150).

Feito as devidas ponderações sobre os aspectos históricos da cidade, frisamos que, no derivar da pesquisa, analisando fotos e imagens de recortes de jornais da época e confrontando com a realidade atual, é possível afirmar que o Panduí se tratava de um rio que, no transcorrer da formação de Amambai, serviu como ponto de parada para viajantes e, posteriormente, por muitos anos, como ponto de encontro entre amigos e familiares nos finais de semana. Em suas margens, ocorreram diversas festas e/ou piqueniques, e as suas águas inspiravam novas amizades e várias paqueras. Tudo isso acontecia em meio a uma natureza vivaz, que já trazia marcas das modificações advindas das ações humanas e da antropização, mas em grau ainda pouco elevado, não interferindo significativamente no processo de resiliência.

Porém, algumas modificações foram se acentuando de forma a desfigurar o rio e suas margens, comprometendo os processos de regeneração e de resiliência da vegetação natural das suas margens. A princípio com a instalação da usina Hidrelétrica Panduí, assunto do qual iremos tratar nesse artigo, e posteriormente com a ação da mineradora. Salienta Gilmar Arruda, que

[...] no tempo histórico, ao qual se dedica a história, a ciência dos humanos no tempo, existe um espaço no qual se insere o ambiente dos rios. O lugar dos rios, da natureza, na história, é definido pelas relações que os grupos humanos (as sociedades) estabelecem com o meio ambiente [...]. (2012, p. 204).

Ainda na assertiva de Gilmar Arruda, a partir da década de 1960,

Para entender a mudança significativa da percepção de quais características naturais dos rios passaram a ser valorizadas é necessário analisar o surgimento e expansão do uso dessa nova tecnologia, a eletricidade. Novas tecnologias impõem novas demandas ao natural, portanto, se anteriormente as corredeiras e quedas foram percebidas como “obstáculos” para o desejo de apropriar-se dos cursos d’água como estradas, agora os “acidentes altimétricos” passavam a ser vistos como “riqueza” natural a ser explorada. (ARRUDA, 2008, p. 166).

O interesse pelo tema adveio com o intuito de trazer ao conhecimento da população de Amambai a história de um rio que tanto contribuiu para o desenvolvimento do município, mas lentamente foi sendo esquecido e abandonado em meio às rápidas transformações pelas quais este e a cidade foram passando, uma vez que “a história de um rio investiga como as sociedades humanas se relacionam e relacionaram com os rios.” (ARRUDA, 2012, p. 205). Fato observado através de fontes como jornais e documentos, que evidenciaram o nome do rio e sua importância em prol do município, salientando que, do ponto de vista historiográfico, urge apresentar aspectos e problemáticas pouco estudadas e conhecidas pela história local, constituída basicamente pelo viés memorialista.

Em sua grande maioria, os impactos ambientais que, costumeiramente, assolam o Panduí resultam em ações deletérias para com a sua área margeante causando um acentuado assoreamento e aniquilamento da vegetação em seu entorno, comprometendo a qualidade de vida de muitas espécies em todas as suas esferas e abrangências. Tais ações e práticas pensadas em prol de um economicismo que acarretam e comprometem a qualidade da água e do solo, lançando-se em um processo crônico de desgaste ambiental, necessitando maior atenção e enfoque por parte da administração pública e das leis ambientais.

Face à relevância do assunto exposto, procuramos desenvolver um texto que contribua para o entendimento e para a necessidade de se conhecer a história local. Para isso, utilizamos da metodologia da história oral, avaliando o aparato da memória e suas nuances na produção das fontes, buscando analisar o particular, o privado e seus jogos de interesses, a legitimação de discursos e o posicionamento de seus narradores (ALBERTI, 2004, 2005; BOM MERY, 2005; PORTELLI, 2016).

Ainda, como fonte, utiliza-se jornais, o Diário Oficial, um acervo fotográfico e o registro de documentos, como os boletos utilizados para o pagamento da energia gerada

e consumida pela população que tinha condições de pagar por esse serviço. Associados à leitura de obras memorialistas referentes à cidade de Amambai, de Almiro Pinto Sobrinho (2009) e a obra de Vera de Castro Pinto (2018) sobre a trajetória política de Ernesto Vargas Baptista. Foram utilizadas também leituras da História Regional e da História Ambiental em seus campos de estudos pluridisciplinares.

No que tange a esse aspecto, na assertiva de Vanessa Brasil, com o advento do século XIX ocorre uma busca por respostas e apreensões científicas concernentes às demandas geradas nos variados campos de conhecimento,

Sabe-se também, que as cidades e os rios não são apenas um *locus* da ação social, mas objetos de reflexão, de diferentes representações. Foram/são objetos a revelar saberes específicos, tais como, saberes políticos, terapêuticos, literários, poéticos, ecológicos, ambientais e históricos. As cidades e os rios são ainda objetos de produção de imagens – fotográficas, pictóricas, gráficas a interligarem ou não sentidos sobre o urbano. (BRASIL, 2010, p. 9).

Nesse desdobramento, estudos e pesquisas no campo da História Ambiental têm propiciado ricas indagações no que tange as temporalidades e aos processos que englobam a cultura, economia, política, sociedade, tecnologias e demais abordagens sobre o meio ambiente como um campo de relações múltiplas do humano com a natureza. Tem propiciado um amplo leque de pesquisas e metodologias que possibilitam questionar as estruturas e as ações humanas ao longo do tempo.

Seguindo essa ótica de análise, apresentamos elementos que compõem os debates no que diz respeito à História Ambiental, pois como pondera Drummond (1991), há uma proximidade desta com as discussões que englobam a História regional. Isso ocorre porque a História Ambiental traz em si o propósito de estudar as inter-relações estabelecidas entre o humano e o meio ambiente no qual se insere, constituindo-se como um campo de saber que sintetiza contribuições de variadas áreas do conhecimento.

Encadeamentos políticos e recursos que levaram a construção da usina

Ao longo dos anos, a cidade de Amambai sofreu com a instabilidade política, pois a troca de prefeitos atrasava completamente o seu desenvolvimento. Na maioria das vezes, os governantes ficavam um ano no cargo e renunciavam ou saíam por questões de saúde, fatores que ocasionavam várias crises políticas que se estenderam até o ano de 1957. A partir desse ano, assume o poder municipal o engenheiro civil Ernesto Vargas Baptista, irmão de Sidney Batista, exercendo seu mandato até 1961. Este se dizia um governante preocupado com o município, tomando medidas e resolvendo questões que vinham descontentando diretamente a população. Ao abrir brindo novas estradas,

levantar pontes com o apoio dos poucos moradores, apostou em um projeto ousado para a época: a implantação de uma usina Hidro-Elétrica nas águas do rio Panduí, com o intuito da aquisição de luz a baixo custo. Cabe ressaltar um ponto importante no que se refere a este empreendimento: a energia não chegava a todos, mas somente para aqueles que tinham adquirido as ações.

Um morador antigo da cidade, pessoa pública e atuante, concedeu-nos entrevista, realizada no dia 05 de abril de 2019, com produção de Ilsyane R. Kmita e Milton Bitencourt em Amambai, MS. Registrada em áudio de celular com posterior degravação, a entrevista foi marcada por um fator inusitado. Feito o contato inicial para apresentar a proposta da pesquisa e marcar a data da entrevista e definida a data e horário, ao chegarmos na casa do nosso entrevistado, ele já estava a nossa espera muito animado, inclusive tinha separado muitas fotos sobre Amambai e foi logo nos mostrando. Pedimos permissão para gravar a entrevista para uso na pesquisa, recebemos um “SIM” muito eufórico acompanhado da seguinte colocação “isso mesmo, é preciso mostrar a nossa história, e se depender de mim, estou à disposição, não tenho nada que esconder”. Em seguida, inicia-se uma fala que dificultou muito seguir um roteiro preestabelecido. Com ele, colheu-se informações fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Mesmo com a autorização do entrevistado, optamos por manter seu nome no anonimato.

Salientou nas suas informações que sua família vivia basicamente da agricultura e pecuária. Ao atingir idade escolar, seu pai resolveu mudar para a cidade, para facilitar o acesso do filho à escola, pois, na época, devido à distância, à falta de transporte e às condições das estradas vicinais tardavam o processo. Conseguiu vaga na Escola Batista, particular e uma das pioneiras da época onde deu sequência nos seus estudos.

Segundo nosso entrevistado, a cidade contava com uma população de aproximadamente 3 a 5 mil habitantes. Uma cidade em formação, com pequenos comércios de secos e molhados. Despontavam atividades voltadas para a agricultura de subsistência, pecuária, criação de animais. Havia também pequenos bolichos, que vendiam tudo e em sua maioria por quilo e movimentavam a economia local, era preciso pensar na luz.

Ele relata com precisão e clareza todo o processo de formação da cidade, que presenciou com sua chegada ao município juntamente com seus familiares na década de 1950. Tendo participação das atividades relacionadas à instalação da usina no rio Panduí, inclusive sendo o contabilista e entregador das faturas mensais de energia em todas as residências que aderiram às cotas vendidas pela empresa. Parte das informações dessas narrativas está vinculada à entrevista do Prefeito da época, Ernesto Vargas Baptista, realizadas juntamente ao jornal *Roda de Amigos* e publicada em 2007.

Na entrevista, o prefeito relatou as dificuldades encontradas na administração municipal. No livro *Celebrando A Vida 1918-2018: Ernesto Vargas Baptista*, de cunho memorialista, que traz os feitos do engenheiro e prefeito, é informado que o município não contava com recursos como o IPTU e ISS. De acordo com dados associados à reportagem, consta que o prefeito buscou recursos dentro e fora do município, como segue:

Sem recursos, procurei o governador em Cuiabá, deputados estaduais, federais e até senadores... Nada! Eles também não tinham recursos. Então, reuni o povo, toda a comunidade e começamos a discutir o assunto, a debater sobre as reais necessidades do município e possibilidades de execução. A energia elétrica foi priorizada. Nasceu, ali, a ideia de se construir a usina no Panduí por meio de uma empresa genuinamente amambaiense. Criamos a Hidrelétrica do Panduí Ltda. (PINTO, 2018, p. 19).

No entanto, as pesquisas nos levaram a outro ponto chave para essa discussão. Sem muitas alternativas, a solução foi caseira, ou seja, em 03 de setembro de 1959, o prefeito Ernesto Vargas, com base nas leis da Câmara Municipal, sanciona o Decreto-Lei nº 206 que traz no seu

Artigo 1º: Fica o prefeito Municipal autorizado a transferir a Hidroelétrica Panduí Ltda, na forma da cláusula 7ª do contrato celebrado entre a Prefeitura e a Firma ELAN do Brasil Eletro Indústria S/A, na data de 20/12/1957, o mesmo contrato em todos os seus termos, direitos e responsabilidades. Artigo 2º Fica o prefeito Municipal autorizado a escriturar a Hidro-Elétrica Panduí Ltda, a área de terreno municipal que necessária às instalações da Usina ao preço de 5.000,00 cada hectare e recebendo esse preço em ações. Artigo 3º Fica o prefeito Municipal autorizado a transferir a Hidro-Elétrica Panduí Ltda, todos os direitos que tenha o município concessão à exploração da Cachoeira onde se encontra as instalações da atual usina. (DECRETO LEI n. 206, 1959).

Entrando imediatamente em vigor na data da publicação, coloca à disposição de um empreendimento privado, a cedência do terreno e todos os direitos no que se refere à concessão e exploração de energia pela hidrelétrica. A aquisição do maquinário se dá na Firma ELAN, através de contato formalizado pelo Rotary de Amambai e Rotary de Campinas.

Os equipamentos da hidrelétrica foram adquiridos em Campinas, era uma firma que chamava Elin do Brasil, então lá foi adquirido à turbina e o gerador, todo o equipamento inclusive os fios de alta tensão, o transformador, as condições pra distribuição de energia foram adquiridas lá, é interessante que quem foi buscar isso aí foi o seu Otacílio Belmonte, ele tinha um caminhão e aí o Rotary escreveu uma carta para o Rotary lá de Campinas, dizendo que esse companheiro estava indo aí pra buscar esse equipamento, pra eles dar todo o apoio, então o seu Otacílio foi com o seu Alcir e o doutor Ernesto de caminhão daqui até lá, naquela época não existia nada de asfalto. Eles fizeram essa viagem foram lá, carregaram esse equipamento nesse caminhão e voltaram pra cá. (VIANA, 2013, p.25).

Perguntamos ao entrevistado onde e como surgiu a ideia de criar uma usina hidrelétrica na cidade, e ele respondeu:

Bom, a usina é interessante, também surgiu dentro do Rotary, e aí em 1957, numa reunião. Olha eles trabalhavam, dia 28 de dezembro, naquela assembleia e fundaram no Rotary a **Sociedade Hidro-Elétrica Panduí LTDA**. E na época o prefeito era Ernesto Vargas Batista, ele era engenheiro e ele tinha entrado no Rotary e entrado pra prefeitura há pouco tempo, até porque ele entrou em 57 e saiu em 61. Ele deu a ideia de criar dentro do Rotary, isso eu lembro porque eu ia com meu pai no Rotary, porque eu e meu irmão mais novo brigávamos e meu pai me levava pra poder dar folga pra minha mãe, e eu lá ficava olhando que nem bobo vendo aqueles homens. Eu lembro direitinho daquelas caras, até hoje sou capaz de descrever a sequência. Eles ficaram discutindo exatamente a criação dessa usina; assim como a discussão para criação do ginásio, do acordo com o social, da biblioteca, então foram discutindo e criaram essa coisa aí; e **venderam cotas pras pessoas, aí eles abriram para o público, aí tinha o cinema rural que no caso era uma reunião do cine rural e fizeram uma assembleia e apresentaram para a sociedade, eu sei que no começo foi um sistema de cotas que vendia mais todo mundo pagava todo mês aquelas cotas pra poder arrecadar fundos para a construção**. E nisso, o doutor Ernesto que era engenheiro, ele já era prefeito e tinha interesse também nisso, aí **ele que seria o engenheiro da usina e o Joacir Machado era o presidente, inclusive trabalhei no escritório que ficava anexo a prefeitura** que era ali onde é a livraria do estudante do seu Matheus, e, que no fundo tinha o escritório da hidrelétrica e eu e outro colega trabalhávamos lá. Tinha um que trabalhava na usina pra fazer a leitura dos relógios e eu pegava aqui fazia as contas e depois ia entregar nas casas. Isso aos poucos a prefeitura foi tomando conta dessa usina que não tinha condições de se sustentar. Isso foi em 61, foi no período do doutor Ernesto, terminou em 61 e ele inaugurou. Tenho minhas dúvidas se foi em 60 ou 61, que **ele deu ideia trabalhou os 4 anos, então essa usina passou a fornecer luz pra cidade**. Ela era suficiente, mas em 67, em janeiro o 17º regimento de cavalaria mudou de Pirassununga pra cá, que aqui tinha um destacamento do 11º de Ponta Porã e aí veio um regimento inteiro, e aí quando ficou pronto o regimento, a usina não dava conta da cidade; que a cidade cresceu, aí a usina ficou fornecendo luz só pro quartel e aí compraram um gerador grande que tá em frente à rodoviária. Aquele gerador passou a fornecer pra cidade, que aí veio à luz de Urubupungá pra cá, então esse gerador funcionou alguns anos, aí chegou a de Urubupungá e acabou o problema, pois até então era velinhas, querosene etc. (KMITTA; BITENCOURT, 2019, Grifos nossos).

Consta dessa reunião a Ata de nº1 datada do ano de 1957, sobre a sociedade.

Aos vinte oito dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete no Cine Rural, sito a Rua Marechal Floriano nesta cidade de Amambai, estado de Mato Grosso, precisamente a quatorze horas, reuniram-se em Assembleia Geral, os abaixo assinados anteriormente convocados pela comissão organizadora da Sociedade Hidro-Elétrica Panduí LTDA, para o fim especial de sua organização. Designado para presidir a assembleia o senhor Dr. Ernesto Vargas Batista, deu o início aos trabalhos convidando a mim abaixo nomeado e no fim assinado, para servir como secretário da presente assembleia. Iniciando os trabalhos o Senhor presidente expôs aos presentes o motivo desta reunião, apresentando ainda uma sugestão de contrato que foi aceito por todos os presentes considerando assim constituída a sociedade com a denominação de 'Hidro-Elétrica Panduí LTDA'. A seguir e de acordo com o contrato aprovado, foram sugeridos nomes de sócios para constituírem o Concelho Fiscal (sic), sendo eleitos por unanimidade de votos os sócios Alcir Manvailier, Sociedade do Apostolado Católico, aqui representado pelo padre

Genézio Trevisan e Carlos Damore, para o Conselho Fiscal e Walmir da Rosa Peixoto, Aloizio de Souza e Alberto Silvano Braud, para suplentes. Reunido o Conselho Fiscal, em ato contínuo e na forma contratual, indicou para gerente da Hidro-Elétrica Panduí LTDA ora organizada o Senhor Joacyr Araújo Machado. Submetida esta indicação ao plenário, o mesmo aprovou imediatamente. Foi também deliberado por esta Assembleia que o gerente tivesse um ordenado mensal e este de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros). Nada a mais havendo a ser tratado foi encerrada a presente reunião, as (17) dezesete horas. Do que, para constar, eu, Amilton Carvalho Maciel, secretário, lavrei esta ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes. (SOCIEDADE HIDRO-ELÉTRICA PANDUÍ, 1959, s/p.).

Face ao exposto, é importante abriremos um parêntese aqui para falarmos do Rotary Clube de Amambai, que tem sua data de fundação em 16 de novembro de 1952, sendo sua Carta Constitutiva apresentada em 05 de maio de 1953 na presença de rotarianos do chamado Clube Padrinho, no caso, da cidade de Ponta Porã. Registros mostram que seu primeiro presidente foi o Francisco Serejo Neto. Hoje considerado integrante do rol dos chamados pioneiros da cidade de Amambai. É atribuído ao Rotary Clube a iniciativa das entregas de correspondências devido à inexistência do posto de carteiro na cidade, organização da campanha para vacinação contra Paralisia Infantil, criação de um hospital, a instalação da usina hidrelétrica, fundação de associação instrutiva de Amambai, colocando em funcionamento o primeiro ginásio da recém fundada cidade (SOBRINHO, 2009, p. 211).

Fato que chama a atenção é o resumo publicado da Sessão da Câmara Municipal em 03 de junho de 2019, onde consta a indicação 135/2019 do vereador Dilmar Bervian a justificativa de seu pedido de reconstrução da taipa e da reconstrução da Usina Hidrelétrica do Panduí, a seguinte informação:

A Usina Hidroelétrica Panduí faz parte do Patrimônio Histórico de Amambai, sendo um marco de desenvolvimento na época, quando ainda Amambai que de início era Patrimônio União, teve com seus pioneiros apenas a iluminação da noite com lamparinas que queimavam querosene. A preocupação pelo bem estar da população não foi diferente, o então Prefeito Municipal Walmir da Rosa Peixoto, no ano de 1953 já elaborava meios de instalar energia elétrica na cidade. Entretanto, no ano de 1957 houve uma reunião no então Cine Rural em que autoridades locais e pessoas com maior prestígio e condições financeiras foram convocadas para organizar a “Sociedade Hidroelétrica Panduí”. Entre eles estava o Prefeito Municipal da época e engenheiro civil Dr. Ernesto Vargas Batista, sendo dele a ideia inicial da usina. Surgindo assim a “Sociedade Hidroelétrica Panduí Ltda”, tendo como propósito organizar e levantar fundos para construir uma usina hidrelétrica. Dr. Ernesto Vargas Batista foi o principal responsável desde a idealização, além da busca de recursos. Após vários anos de demanda da USINA PANDUÍ, a Prefeitura desapropria os serviços de distribuição de energia elétrica promovidos pela Usina. A preocupação por energia elétrica em Amambai já era constante. (FELIPE, 2019, s/p).

Baseados nas informações obtidas, a construção da usina deu-se a partir dos interesses da Sociedade fundada, que se tratava de um empreendimento particular

visando à distribuição e à cobrança pelos serviços prestados. Não há como desconsiderar a necessidade da energia para uma cidade que estava em vias de formação e afirmação política, mas não podemos negligenciar os fatos e os interesses econômicos que nortearam a construção da hidrelétrica, envolvendo recursos públicos e mais especificamente privados.

A alegação recaía sobre a falta de recursos para investir na construção da usina. Foi criada a sociedade, sendo colocada à venda ações para obtenção dos recursos necessários. Paralelo à venda de ações, o prefeito Ernesto Vargas Batista assinou a Lei 225 datada de 30 de novembro de 1960, onde fazia saber que, mediante a Lei da Câmara Municipal de Amambai, ele, na condição de prefeito, sancionava: “Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a conceder a Companhia Hidro-Elétrica Panduí S/A, um empréstimo no valor de 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros). Art. 2º o empréstimo terá o prazo de dois (2) anos e renderá juros de 2% ao ano.” (AMAMBAÍ, 30 nov. 1960, s/p.).

Entrando a lei em vigor na data da publicação, sendo revogadas quaisquer ações em contrário, a prefeitura concedia a sociedade o empréstimo. Os desdobramentos que seguem, culminam com o

Decreto n. 50.999 de 19 de julho de 1961, declara público, de uso comum, do domínio da união, as águas do rio Panduí. Coube ao presidente da República, considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no Diário Oficial de 23 de março de 1960, e por não ter sido apresentada nenhuma contestação ou reclamação no teor proposto pela ação, de que: Art.1º São declaradas públicas de uso comum do domínio da União, as águas do curso denominado PANDUÍ, em toda a sua extensão, que se acha incluído no município de Amambai e é tributário pela margem direita do rio Amambai, no Estado de Mato Grosso. (BRASIL, , 1961, p. 6642)

A região, o espaço geográfico em questão e as águas do Panduí perfaziam o território indígena, e ao torná-las de uso comum e passá-las ao domínio da união, estas ganhavam outra caracterização e funcionalidade, deslocando e afastando indígenas que por ali coletavam frutas e plantas medicinais e pescavam no rio. Instaura-se uma nova paisagem, insere-se um novo conjunto de interesses, de simbolismos e formas de apreensão desse espaço, um novo jeito de ver o que se apresenta, conforme as intervenções realizadas, envolvendo variações dinâmicas tanto individuais quanto culturais, experiências e controle.

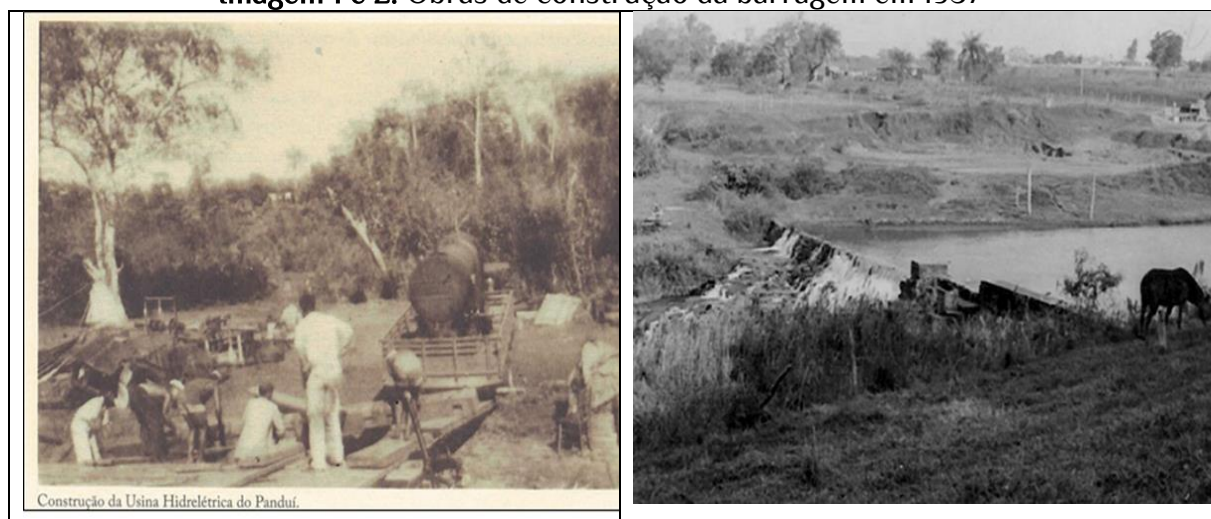
Nos estudos realizados sobre a economia de Amambai constam o registro da instalação da primeira roda d'água no Panduí, ocorrida por volta dos anos de 1940-50. Foi Manuel Alves que a instalou para realizar atividades como serrar madeira, moer cana, fazer açúcar, melado e rapadura, fabricar farinha e polvilho (KMITTA, 2018).

Se por um lado, coube aos indígenas e a Manoel Alves mostrar a utilidade e o uso das águas do Panduí para atender as necessidades daqueles que ali edificavam seus dias de labuta, por outro lado, mediante essa nova tecnologia, ter acesso à energia elétrica era o sonho de toda a população, mas apenas uma parcela dela teve participação quando do funcionamento da usina.

A construção da Hidro-Elétrica: o sonho que se materializa para poucos

Após uma longa jornada em busca de recursos, eis que começam as obras da tão esperada hidrelétrica, conforme podemos observar nas imagens (1 e 2), quando dá-se início a construção da barragem.

Imagem 1 e 2. Obras de construção da barragem em 1957



Fonte: Acervo de domínio público

O prefeito, eufórico com a construção da usina, logo iniciou seus trabalhos. A realização da obra era a concretização do sonho do prefeito Ernesto Vargas. Fato assim descrito, em entrevista concedida por Almiro Pinto Sobrinho. Ele diz:

O papel da prefeitura foi muito importante, por que a prefeitura colaborou de várias formas, inclusive subscrevendo várias ações, um valor bem elevado de ações pra formação do capital, e também ela nunca reclamou nada do doutor Ernesto, e dedicar grande parte do seu tempo para adquirir equipamentos e acompanhar a construção da obra, então ela tem um papel muito importante nisso aí. (VIANA, 2013, p. 16).

Além de engenheiro era agrimensor. Fatores que contribuíram no desenrolar da obra no qual ele próprio fazia cálculos, medições no rio, estudos sobre relevo e o tipo de solo. Tratava-se, pois, de uma obra que vinha planejada em todos os seus encaminhamentos, desde a fundação da Sociedade Hidro-Elétrica Panduí, S/A, em 1957. Ressalta-se que nos

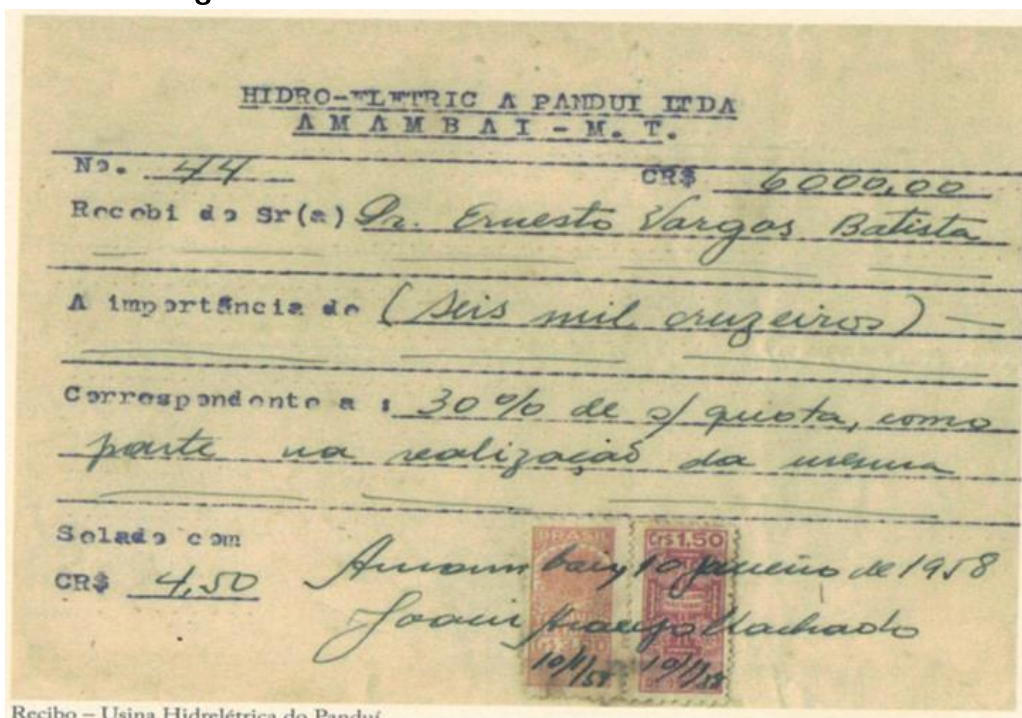
vários documentos pesquisados ora consta S/A, ora LTDA, mostrando uma variação quanto a sua administração.

Arrisca-se afirmar aqui que não foram computados os impactos ambientais advindos em tal empreendimento, e

Desde que o homem começou a transformar as energias disponíveis na natureza, vários impactos associados a essas transformações passaram a ser gerados no meio ambiente. Com a revolução industrial e a criação das máquinas térmicas, potencializaram-se os impactos inerentes a qualquer atividade antrópica. Como todas as formas de geração de energia elétrica, a hidro geração possui variados impactos ambientais. Alguns desses impactos só começaram a ser compreendidos na sua totalidade recentemente com a emergência do pensamento ecológico e o reconhecimento das interações dos fenômenos físicos com o meio ambiente, homem e sociedade. (VIANA, 2013, p. 16).

Tudo se encaminhava dentro do planejado, a não ser pela falta de recursos, os quais tanto se cobravam para a instalação quanto à manutenção da usina. Considerados a arrecadação insuficiente para atender toda a demanda e o empréstimo concedido pela prefeitura à sociedade, a solução foi a venda de ações (figura 1) para a população, que seriam cobradas mensalmente, outro caso seria a concessão de empréstimos junto ao governo do estado.

Figura 1. Recibo de cotas Hidro-Elétrica Panduí Ltda.



Fonte: Acervo de domínio publico

O senhor Almiro, assim descreve esse ocorrido:

O prefeito procurou junto ao estado e nos órgãos públicos e não conseguiu nada, então ele resolveu formar uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, mas dentre pouco tempo eles viram que o ideal seria fundar uma sociedade anônima, para vender ações, dizendo ao pessoal que seria um investimento rendoso, então dessa forma foi levantado o capital para construção da usina. A prefeitura participou com aquisição de ações, a cooperativa de mate, que estava em funcionamento aqui na época também participou adquirindo ações, e depois o pessoal, é o comércio e todos os proprietários rurais, inclusive várias pessoas adquiriram ações para a formação do capital inicial. (VIANA, 2013, p. 16).

Para o prefeito, a população em geral aderiu em peso ao projeto, como podemos observar na entrevista concedida ao jornal *Roda de Amigos*:

Nós vendíamos ações às pessoas. Peões, lavadeiras, comerciantes, fazendeiros, donas de casa, professores e funcionários públicos em geral, vendedores, enfim, todos aderiram à causa. Uns comprando bastante, outros menos, e os mais humildes comprando uma ou outra ação, mas contribuíam para o progresso de Amambai. (PINTO, 2018, p. 19).

Nas imagens abaixo podemos ver alguns nomes dos acionistas. Trata-se de uma pequena parte da população que contribuiu para o surgimento da Hidro-Elétrica. Conforme pode ser verificado, por mais que o prefeito tenha dito em sua entrevista que as ações chegavam a todos, e muitos aderiram, inclusive aqueles que ele chama de humildes, é possível constatar que se trata de um grupo muito restrito que tinha o controle das ações. Esta afirmação pode ser verificada nos recibos de cotas (figura 2), conforme segue:

Figura 2. Certificado de ações



Fonte: Acervo de Almiro Pinto Sobrinho

O pontapé inicial da obra foi dado quando a prefeitura comprou as máquinas e equipamentos, todas vindas de São Paulo, inclusive as turbinas, que foram construídas sob medida pela empresa Bardella. A obra despontava lentamente em várias etapas, contando sempre com o apoio de mão de obra voluntária, principalmente na construção da barragem e na colocação dos postes de aroeira, fixados ao longo da cidade para suspenderem a fiação.

Ao escrever sobre a problemática que envolvia as instalações até a chegada às casas, Viana salienta que, após o início das obras e a partir da chegada dos equipamentos

Outros problemas apareceram como a dificuldade em conseguir postes de aroeira na altura e quantidades necessárias para a instalação das redes de energia pela cidade. Onde fica a praça central da cidade de Amambai, foi instalado o transformador de distribuição de energia. A energia vinha da usina até o transformador, aí era distribuído pelas poucas redes secundárias até seu destino. O início as pessoas que queriam e tinham condições financeiras, pagavam para construir sua própria rede de energia. Só havia um electricista na cidade para realizar o trabalho. Sendo assim, várias pessoas construíram suas próprias redes. Redes elétricas precárias foram construídas, sem um profissional pra orientar e sem material necessários. Que com o mal tempo não resistiam, ocasionando contínuas quedas de energia. (VIANA, 2013, p, 24).

Não havia postes de concreto na época (imagem 3 e 4), e a solução foi extrair madeira nativa da região, – cuja qualidade, resistência e durabilidade eram impressionantes - derrubadas a machadadas pelos voluntários.

Ao referirmo-nos a voluntários, cabe-nos lembrar de que estamos falando da mão de obra disponível de indígenas e paraguaios, que não encontravam mais trabalho nos ervais e fazendas, e se colocavam como mão de obra disponível.

Imagem 3 e 4. Avenida Pedro Manvailer com postes de madeira e transformador de energia



Fonte: Acervo de domínio publico

A usina instalada e pronta para operar no ano de 1961 foi suprindo as necessidades da população, com a vazão do rio bastante volumoso. A cidade aos poucos recebia essa nova tecnologia tão desejada, a energia elétrica.

Para o período, utilizava-se do lampião a querosene ou lamparina e geradores particulares espalhados em algumas residências de quem tinha o privilégio de desfrutar de algo tão difícil na época - geralmente nas casas de pessoas influentes, como fazendeiros, comerciantes ou quem possuía algum cargo elevado dentro da sociedade.

O prefeito Ernesto Vargas Baptista, o protagonista que trouxe energia para a cidade, conquistou o carisma da população e o reconhecimento por parte do Estado, logo ficando conhecido por toda a região como “O Homem da Luz”, uma homenagem simbólica, porém muito significativa para o prefeito.

Consta, no entanto, uma primeira tentativa para construção da hidrelétrica no rio Amambai, conforme entrevista concedida por Almiro Pinto Sobrinho. Nascido em Amambai, foi secretário durante um tempo da Associação Usina Hidrelétrica do Rio Panduí LTDA, e vereador na cidade de Amambai, MS.

Temos o seguinte relato:

É o local no início aqui em Amambai quando se recolhia o IVC, que é o imposto que hoje é o ICM, a gente recolhia junto, no começo recolhia, o comércio recolhia junto uma taxa de eletrificação parece que era o nome para o estado, então, o Governo do seu Alcir por exemplo ele tentou recursos junto com esse fundo pra fazer um, pra desenvolver um projeto de hidrelétrica e o plano era fazer no Rio Amambai, mas não teve respaldo nenhum, não veio recurso nenhum, a ideia passou e depois quando o doutor Ernesto veio o estudo indicou, ali o Panduí, porque era um rio canalizado e próximo da cidade, e como era um empreendimento pequeno tinha condições de ser feito ali, não tinha condições de ser feito no Rio Amambai, então por isso foi escolhido o Panduí, porque também é bem próximo da cidade. (VIANA, 2013, p. 24).

Para uma cidade interiorana como Amambai, as dificuldades eram muitas, no entanto, sempre havia um jeito de contornar tais situações. Mesmo sendo o rio volumoso, sua capacidade de gerar energia era suficiente para abastecer a cidade. Problemas relativos à falta de postes, fios, funcionários treinados para operar a usina. Não havia interruptores, e nos primeiros postes colocados, as lâmpadas ficavam acesas 24 horas, sem contar a falta de recursos, que sempre aflorava nas reivindicações referentes à instalação e funcionamento da usina.

Retornamos à entrevista do prefeito para a ocasião. Segundo ele, a falta de recursos na época era um empecilho que gerava certo desconforto, pois era preciso mais investimentos para que a obra funcionasse adequadamente, muitas vezes ele próprio atendia algumas emergências elétricas. Ele dizia: “Se precisasse, eu corria lá e dava um jeitinho na pane.” (PINTO, 2018, p. 20).

Algumas controvérsias afloram quando nos estudos que envolvem a construção da usina e a chegada da luz em Amambai. Reportagem publicada pelo jornal *Fronteira*, em 16 de agosto de 1963 – Ponta Porã – MT, traz o seguinte título: “Luta Amambai por instalar luz elétrica em sua sede”, acompanhada da foto do prefeito Walmir da Rosa Peixoto, cujo texto da notícia é:

Sempre acreditamos no progresso de Amambai. A força unida de seus líderes e o apoio verídico dos seus habitantes constitui elemento impulsionador sem rival. Ainda agora, somos conhecedores por intermédio do Sr. Walmir da Rosa Peixoto, prefeito daquele município, dos entendimentos que se processam para dotar a sede de luz e energia elétrica. Envia aquele município como valiosa colaboração do Governo Estadual, os seus esforços e conseguirá, assim, dar justa solução ao problema, e proporcionar aos munícipes mais um elemento de progresso e civilização. (LUTA..., 1963, s/p.).

O Diário Oficial de 28 de fevereiro de 1968 publica o Decreto Legislativo nº. 1.306, de 14 de novembro de 1967, assinado pelo Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do MT, autorizando o Poder Executivo de conceder auxílio à Prefeitura Municipal de Amambai, para uso e fins específicos. E no uso de suas atribuições legais, conferidas pela alínea “a” item VLT do artigo 14 da Constituição do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso, decreta:

Art. 1º – fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio a Prefeitura Municipal de Amambai de NCr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros novos) para a **construção da segunda Barragem da Usina Hidro-Elétrica no rio Panduí ou Forquilha, no rio Amambai**. Art. 2º Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a abrir o competente crédito especial, para a execução do presente decreto, correndo a despesa a conta do excesso de arrecadação que os índices técnicos autorizem prever. Entra em vigor o decreto na data da sua publicação, revogando todas as disposições em contrário. (BRASIL, D.O.U-MT, 1968, grifos nossos).

Neste cenário de controvérsias e ambiguidades, a usina trabalhava normalmente suprindo as necessidades da cidade até a chegada do 17º Regimento de Cavalaria vindo de Pirassununga com o objetivo de se instalar em Amambai, próximo ao rio Panduí.

Como a demanda de energia era defasada por causa do uso feito pelo exército, a usina acabou não dando conta do restante da cidade, ocasionando a compra de outro gerador, bem maior e mais potente que o instalado e em funcionamento na usina, ficando a mesma inteiramente à disposição dos militares, e o novo gerador fornecendo energia somente ao município.

A lei nº. 468 foi sancionada pelo prefeito Walmir da Rosa Peixoto em 26 de dezembro de 1968, cujo Artigo 1º declara de “utilidade pública, para efeito de desapropriação, as instalações para produção, transmissão e distribuição de energia

Hidrelétrica, existentes nesta cidade, de propriedade da Hidro-Elétrica Panduí S/A.” (LEI 468/1968).

Ficando, neste caso, o prefeito municipal autorizado a promover a desapropriação das instalações, sendo declarada no Artigo 3º da lei a urgência da desapropriação. No artigo 4º, fica o Executivo autorizado a utilizar da verba de Energia Elétrica - 4.0.0.0. – Transferência de capital – 4.1.0.0 – Investimentos – 4.2.3.1. – Obras públicas – para serviço de energia elétrica – sede, a importância necessária para atender as despesas decorrentes da execução da lei.

Se inicialmente temos, por parte de decreto municipal, a cedência do terreno para que fosse construída a usina, agora temos declaradas como urgência a sua desapropriação pela prefeitura. Fatores que nos levam a questionar novamente a propriedade da Usina como sendo de um grupo particular, tendo em vista as suas variações, ora S/A, ora LTDA.

Ainda, o Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso traz em seu suplemento, anexo ao Diário Oficial, as Conclusões de Acordos lidos e assinados em 16 de agosto de 1971. Nele, consta a Apelação Civil nº. 6925 – Amambai, cujos apelantes são a Hidro-Elétrica Panduí S/A, sendo a Prefeitura Municipal de Amambai a apelada, onde acordam os juizes do Tribunal de Justiça, em Primeira Câmara Civil, em conformidade da ata no julgamento e das notas taquigráficas, dar provimento ao recurso do “ex-officio”, e ao da empresa expropriada, assegurando a este o pagamento das custas pelo poder expropriante e ainda juros de mora e correção monetária.

No início da década 1970, começa a chegar nas muitas cidades do Mato Grosso a energia diretamente da Usina Hidrelétrica de Urubupungá, localizada no município de Ilha Solteira-SP, onde solucionou a maioria dos problemas de energia elétrica. A cidade, enfim, aposenta o gerador que tanto ajudou no desenvolvimento da cidade. Ficando tempos abandonado na antiga usina, até que nos anos 1990 foi trazido para o terminal rodoviário Antônio Delgado Martinez, em Amambai, ficando exposto em praça pública.²

O Rio Panduí abandonado em suas ruínas

A água é um recurso natural indispensável para a vida do planeta, porém esse bem natural está sob constante ameaça. O acelerado crescimento das cidades intensifica de forma notória os desmatamentos que fazem com que o solo não absorva a água pluvial corretamente, fazendo-a escorrer mais rapidamente, reduzindo a infiltração no

2 A Lei Municipal n. 2.462/2015 de autoria do vereador Daniel Riquelme Ricarde, dispõe sobre o tombamento como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural o “Motor de luz”, que auxiliava no funcionamento da antiga usina hidroelétrica do Panduí.

solo e, conseqüentemente, a não formação ou manutenção, assoreamento de cursos d'água que são elementos essenciais nos grandes períodos de estiagem. Ademais, desde o princípio da história humana, o homem interfere consideravelmente nos ecossistemas para obtenção dos recursos garantidores da sua sobrevivência, como da agricultura. A exploração e o uso da tecnologia, desde os mais remotos tempos, geraram impactos e interferências ambientais, no entanto, não podemos ignorar que o diferencial está no grau de intensidade dessa intervenção, e como essas atuam na regeneração e recomposição, no grau de resiliência do meio ambiente. Em muitos casos, excedendo limites aceitáveis, ocorre o desequilíbrio dos ecossistemas que influenciam nos ciclos regeneradores e reprodutivos, contribuindo para a ocorrência dos colapsos ambientais.

Ao escrever sobre os rios paranaenses, Gilmar Arruda (2008), chama a atenção para o fato de que os rios desempenham um papel nas relações estabelecidas pelo humano com a natureza, bem como desempenham papel importante nas configurações territoriais e de fronteiras, são divisores naturais – citamos como exemplo o rio Paraguai. Para o autor, os rios integram a cartografia, os mapas desde os primórdios da colonização. E no século XX, com o avanço das técnicas científicas, nos deparamos com os rios energia, ou seja, o rio como fonte de energia elétrica. À medida em que avançam as tecnologias, florescem também os debates ecológicos, e os protagonistas são os rios-lazer; chácaras nas margens, balneários, pescadores, banhistas, e tantos outros mais.

Em Amambai-MS essa realidade não é diferente. Com o crescimento da monocultura da soja, da pecuária e a expansão demográfica da cidade, em direção ao rio Panduí, suas margens e paisagens naturais, passaram por um processo de intensas modificações. Foram mudando gradativamente, conforme os graus dos impactos sofridos. Um lugar que antes era frequentado pela população local, com a construção da usina, foi reduzido drasticamente face às várias alterações ambientais decorrentes, inicialmente com a implantação da hidroelétrica, posteriormente pela exploração da pedreira.

Anterior a isso, conforme constatado através das entrevistas, as margens da represa com águas ainda limpas e cristalinas, formavam pequenos bancos de areia branca. Um agradável balneário, que lotava aos finais de semana e feriados pelos banhistas (imagem 5). O local era o ponto de encontro da juventude e de muitas famílias.

Após a construção da usina, o rio Panduí se desconfigurou. E mais ainda, após sua desativação, principalmente com a abertura de uma mineradora às suas margens, quando emerge uma grande erosão ao seu redor, afetou o solo, vegetação e especialmente a fauna. Tornou-se um lugar inapropriado para o uso humano, servindo apenas como escoador de águas pluviais e lixo doméstico. Outro fator determinante foi a

pavimentação asfáltica da cidade, pois toda a água coletada pelo sistema de águas fluviais através dos bueiros da cidade foi direcionada ao rio, que em dias de chuvas intensas faz com que ele transborde, causando ainda mais erosões em suas margens. Além da contaminação e elevação na turbidez da água, outro fato agravante, é a grande quantidade de recipientes e materiais plásticos, que são depositados diretamente no rio, contaminando e comprometendo a qualidade da água.

Imagem 5. Banhistas abaixo da barragem da Hidro-Elétrica Panduí



Fonte: Acervo de domínio público

A produção mineral é uma atividade econômica de importância para alguns setores do município, mas acarreta danos ao meio ambiente e ao mesmo tempo impactos sonoros de grande intensidade gerados pelo fluxo de veículos e máquinas resultando em ruídos que afetam diretamente o bem-estar e a tranquilidade da população.

Por muitos anos, a extração mineral perpetuou-se na cidade de Amambai através do uso de explosivos, instalados em meio às rochas sendo detonadas repetidas vezes ao dia. Operando por mais de 40 anos na extração de jazidas de rochas naturais, passando pelo processo de britagem, no qual consiste a obtenção da matéria-prima em forma de pedra brita, material utilizado em grande proporção na área da construção civil, além de causar ruídos perturbadores à população circunvizinha, gerava ondas de choque que se propagam pela região, colocando em risco construções do seu entorno, criando impactos visíveis que delinearão a região com aspecto deplorável de erosões.

Contudo, devido ao avanço da cidade em direção ao rio, órgãos competentes responsáveis pela fiscalização ambiental fizeram a intervenção e deu-se o fechamento da mineradora. Ficaram os danos causados à fauna e flora e, conseqüentemente, o

assoreamento do rio, o desaparecimento de várias espécies de peixes e de animais silvestres, além dos transtornos causados diretamente à população. Na análise de Kmitta e Calheiros, “a exploração demasiada dos recursos naturais, bem como as tecnologias empregadas, desde os mais remotos tempos geraram impactos e interferências, consideradas em certos casos irreversíveis em diversas regiões.” (2014, p. 208).

O cuidado e a atenção para com as questões ambientais são de incontável valia, face aos problemas que a região vem apresentando, como a degradação do solo, assoreamento dos rios e esgotamento dos recursos naturais, que advém de uma exploração desordenada, incidindo no *modus vivendi* das populações indígenas e pequenos produtores. Fatores estreitamente ligados à formação de pastagens e à monocultura da soja, ou mesmo de cultivos sem os devidos cuidados e uso de técnicas adequadas em consonância com as leis ambientais. O assoreamento de rios e contaminação da água aliados às queimadas irregulares estão entre os vilões desse processo que ocasiona perdas significativas para as comunidades indígenas que buscam a manutenção e prática de saberes tradicionais, como o uso de plantas medicinais.

Quanto à mineradora, atualmente tem suas atividades voltadas para a extração de cascalho juntamente com a prefeitura para a recuperação de estradas rurais danificadas pela intensidade das chuvas e até mesmo para a manutenção em algumas ruas da cidade desprovidas de asfalto. Outro fator que vem desencadeando grandes consequências é o funcionamento de uma mineração de areia, as margens do rio Panduí, com o método de extração via sucção, tem provocado erosões, mudando até o curso da água. Uso intensivo do método conhecido como solapamento, sugando completamente tudo o que tem no fundo do rio.

No ano de 2015, inicia-se a construção do Parque Panduí, uma obra arquitetada às margens do rio, visando proporcionar à população um local destinado ao lazer, esporte e saúde, contendo pista de caminhada, quadra de esportes e equipamentos de ginástica, obra que se encontra inacabada, com portões fechados ao público.

Em reportagem sem autoria publicada na Gazeta Trabalhista em 11 de novembro de 2019, consta que

O terreno do Parque do Panduí foi adquirido pela prefeitura de Amambai na gestão de Sérgio Barbosa e conta com uma área de 1,24 hectares. Fica localizado na Vila Limeira, próximo ao rio Panduí (de onde vem o nome), mas legalmente já havia sido criado na gestão de Dirceu Lanzarini. Além dos aspectos ambiental e de lazer a criação do parque tinha por preservar parte da história do município de Amambai pois nas imediações estão as ruínas da usina hidrelétrica que forneceu energia à cidade por vários anos. (INAUGURADO..., 2019, s/p.).

Urge o cuidado na continuidade dessas ações e, portanto, um planejamento de uso sustentável dos solos e recursos hídricos com a finalidade de mitigar esses impactos. Para isso, faz-se necessário capacitar pequenos agricultores e a comunidade com conhecimentos técnicos, práticos e tradicionais voltados para as questões ambientais, direcionando atividades e ações em interação com o meio ambiente, sem ignorar a realidade social, política, cultural e ambiental do município. Existem questões envolvendo diversidade produtiva e impactos ambientais que afetam a rede hídrica pelo modo como estão sendo exploradas. É urgente a necessidade de projetos educativos que visem a recuperação das margens dos córregos e rios que perpassam a malha urbana de Amambai, em especial, projeto que contemple a recuperação do rio Panduí, receptor dessas águas, no entanto, é preciso cuidado com vegetação e espécies arbóreas que serão plantadas, evitando a inserção de naturezas alheias ao ambiente.

Considerações finais

Com base nas pesquisas, documentos e entrevistas, foi possível estudar de modo mais aprofundado a instalação da Usina Hidroelétrica do Panduí. Uma história contada através de relatos e por meio de documentos da época, sendo prazeroso buscar informações junto das pessoas que vivenciaram todo esse processo e sua parcela de contribuição na instalação da energia elétrica para a cidade, que é descrito como um grande feito, embora de alcance restrito.

O principal objetivo traçado para esse texto foi trazer ao conhecimento dos cidadãos a importância que a usina teve na geração de energia e, ao mesmo tempo, enaltecer o papel do agente principal, o rio Panduí, um pequeno afluente que, com a força de suas águas, gerou energia elétrica para o município durante anos, mas, ao longo do tempo, foi ficando esquecido, desvalorizado, a não ser como meio de exploração a que se encontra sujeito hodiernamente.

Ainda pensando na importância do rio, foi possível verificar, através das leituras no campo da História Ambiental, que o desmatamento e a ocupação irregular do solo devastam as áreas de cabeceira ou de recarga, responsáveis pelo reabastecimento dos lençóis freáticos, aquíferos e nascentes, o que contribui em grande parte com a redução da quantidade e da qualidade de água disponível.

Através de relatos e imagens, busca-se conscientizar a população, em especial os órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas para o meio ambiente, a voltarem seus olhares para o que ainda restou de um afluente tão explorado e massacrado pelas mãos humanas, servindo de suporte para outras pesquisas voltadas para a preservação e valorização de um ambiente natural de significativa relevância como o Panduí, um rio que traçou historicidades amambaienses.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*. textos em História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 153-175, jan./jun. 2008.
- ARRUDA, Gilmar. Descendo o rio: alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR. *In*: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al* (org.). *História Ambiental*. fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, p. 203-224, 2012.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- BRAND, Antônio Jacó. Quando chegou esses que são nossos contrários: a ocupação espacial e o processo de confinamento dos kaiowá/guarani no Mato Grosso do Sul. *Multitemas*, Campo Grande, v. 12, p. 21-51, nov. 1998.
- BRASIL, Vanessa Maria; GANDARA, Gercinair Silvério. *Cidades, rios e patrimônio: memória e identidades beiradeiras*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010.
- BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil* - 1961- Diário Oficial da União. , Seção 1, p. 6642, v. 6, 22 jul. 1961, , Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50999-19-julho-1961-390606-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira*. O sul de Mato Grosso (1870-1920). Campo Grande: UCDB, 1999
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- ESTADO DO MATO GROSSO. Decreto Legislativo n. 1.306 de 14 de novembro de 1967. Diário Oficial do Mato Grosso: Seção 1, Campo Grande, MS, Assembleia Legislativa Mato Grosso. Arquivo Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
- FELIPE. Resumo da Sessão - publicado 03/06/2019, 11h23, última modificação em 03/06/2019, 11h23. Disponível em: <https://www.amambai.ms.leg.br/institucional/noticias/resumo-da-sessao-03-06-2019-1> Acesso em 6 set 2019
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, abril, p. 148-168, 1999.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958. V. 35 [Mato Grosso].
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Densidade Populacional. Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INAUGURADO recentemente em Amambai Parque do Panduí já está abandonado. *Gazeta Trabalhista*, Mato Grosso do Sul, 11 nov. 2019. Caderno de Destaques. Disponível em: <http://gazetatrabalhista.com.br/inaugurado-recentemente-em-amambai-parque-do-pandui-ja-esta-abandonado/>. Acesso em: 20 de nov. 2019

JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Suplemento anexo ao Diário Oficial; Conclusões de Acordos lidos e assinados em 16 de agosto de 1971; Apelação Civil nº. 6925.

KMITTA, Ilsyane do Rocio; CALHEIROS, Débora, Fernandes. Olhares historicamente construídos sobre a planície pantaneira. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 187-220, 2014.

KMITTA, Ilsyane do Rocio. Tecendo a Economia: dos fios do ouro verde aos teares do agronegócio. In: FACHIN, Viviane Scalon, et al (orgs.) *Amambai: 70 anos de História*. Dourados: Seriema, 2018, p. 153-180.

LUTA Amambai por instalar luz elétrica em sua sede. *Jornal Fronteira*, Ponta Porã - MT, Ano I, n. 4, 16 ago 1963. Disponível em: <https://3.bp.blogspot.com/-suFXct1nLA/VrPtLo-p39I/AAAAAAAAAB9A/wRw2HoUJQgw/s1600/luz%2Beletrica.JPG> Acesso em: 6 nov. 2018.

PINTO, Vera Tylde de Castro. *Celebrando a vida 1918-2018 Ernesto Vargas Batista*. Campo Grande: IHGMS. 2018

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÊS, Isabelle (org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD, 2015.

SECRETARIA Especial de Desenvolvimento Econômico. *Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico*. Gestão administrativa: Dirceu Luiz Lanzarini, 2001.

SOBRINHO, Almiro Pinto. *Memórias e histórias de nossa gente*. São Carlos: Pedro & João editores, 2009.

SOCIEDADE HIDRO-ELÉTRICA PANDUÍ LTDA. *Ata da reunião de 08 de dezembro de 1957*. Ata n. 1, Livro 1, p. 1-2 Amambai – MS, 08 dez. 1957.

VIANA, Márcia de Almeida. *Fatos Históricos sobre a instalação da Usina Hidroelétrica do Rio Panduí na Cidade de Amambai-MS*. 2013. 40 f. Monografia de Conclusão de Curso (Geografia). Faculdade de Ponta Porã - FAP. Ponta Porã, 2013.

Fonte oral

W. G. V. Entrevista concedida a Ilsyane R. Kmita e Milton Bitencourt. Amambai-MS, 5 abr. 2019.